

Veto Total nº 149/22

AO EXCELENTE

Em: 15/01/2022

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 7
Disponibilização: 13/01/2022
Publicação: 12/01/2022

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

22 FEV 2022

PLO 752/20

Governo do Estado de
RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 12, DE 12 DE JANEIRO DE 2022.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

17 FEV 2022

Servidor (nome legível)

22 FEV 2022

Protocolo nº

151/22

Data de recebimento

15/01/22

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, que "Institui a Política Estadual de Incentivo ao Voluntariado para a realização de trabalhos com a população em situação de rua, no âmbito do estado de Rondônia.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 438/2021-ALE, de 16 de dezembro de 2021.

Nobres Parlamentares, inicialmente, analisando a notoriedade quanto ao objeto apresentado, apesar de não haver dúvidas quanto à benevolente intenção do legislador e o comprometimento com a população rondoniense, **fui compelido a vetar totalmente a propositura, tendo em vista que esta viola a legislação que trata sobre estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada**, pois tal medida já é prevista no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, a qual estabeleceu a Política Nacional para População em Situação de Rua, sendo intermediada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentando e promovendo a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Vale destacar que, o Autógrafo também mostra-se incompatível com as disposições constitucionais em âmbito Estadual, constatando-se assim, a **inconstitucionalidade formal subjetiva, em razão da usurpação de iniciativa do Chefe do Poder Executivo**, de forma que outra medida não cabe senão, a imposição de vetar totalmente este Autógrafo em tela, violando assim o disposto no art. 7º da Constituição Estadual e art. 2º da Constituição Federal.

Além disso, as competências dos Poderes estão previstas tanto na Constituição Federal, quanto na Constituição Estadual e ainda, em razão do Princípio da Simetria e da Separação de Poderes devem ser observadas no âmbito Estadual, Distrital e Municipal, logo, tais matérias deverão ser iniciadas pelos Chefes do Executivo.

Quanto ao tema, a remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assevera que:

É inconstitucional qualquer tentativa do Poder Legislativo de definir previamente conteúdos ou estabelecer prazos para que o Poder Executivo, em relação às matérias afetas a sua iniciativa,

Meirelles: Nesse diapasão, consoante ao que ressalva o magistério Hely Lopes

CEI 0005 605167/2021 54 / 55 0